

## Os dois PTs e os dois PSDBs

COMO OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PODEM AFETAR A CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Rogério L. Furquim Werneck\*

Como não poderia deixar de ser, o grande tema da semana é a reflexão sobre as eleições municipais. Embora a mídia venha dando amplo espaço para as mais variadas análises dos resultados do pleito, ainda é cedo para vislumbrar com nitidez a real extensão da recomposição de forças políticas que as eleições parecem esboçar. Tampouco é fácil entrever os possíveis desdobramentos dessa recomposição. Mas não têm faltado conclusões um tanto apressadas. Uma questão que vem sendo tratada com menos cuidado do que merece é em que medida a condução da política econômica pode vir a ser afetada pelas eleições.

De uma perspectiva nacional, a análise de resultados de eleições municipais em país tão grande, populoso e heterogêneo como o Brasil envolve enorme complexidade. O mosaico intrincado, formado pelo desempenho de pelo menos meia dúzia de partidos políticos em 5562 municípios, permite vasto leque de interpretações. Analistas diferentes acabam discernindo padrões gestálticos distintos, mesmo quando as análises se restringem a cidades de maior porte, como bem atesta a riquíssima gama de constatações interessantes que têm aflorado nos últimos dias na mídia. Em boa medida parece valer o pirandelliano “assim é se lhe parece”. Cada partido soube encontrar boas razões para concluir que conseguiu enfrentar com grande sucesso as eleições.

O esforço de entendimento do significado das eleições municipais torna-se ainda mais difícil quando feito a meio caminho, ainda longe do segundo turno, que deverá ter lugar em São Paulo e 43 outras cidades. Mas mesmo antes de ter baixado a poeira, já parece inegável que os resultados do pleito apontam para um reordenamento das forças políticas do País em torno de clara polarização entre o PT e o PSDB, ainda que não a ponto de configurar um arranjo bipartidário, como chegou a ser sugerido. O que já é bem mais discutível é em que medida é válida a interpretação de que isso representa um aprofundamento do movimento de convergência política que tomou força no País a partir de meados de 2002, quando o núcleo do PT impôs ao partido rápido deslocamento em direção ao centro. Na defesa de tal interpretação, houve até quem afirmasse que se tornou difícil encontrar hoje grande divisor programático e ideológico a separar o PT do PSDB. Mais discutível ainda é a conclusão de que a convergência agora assegura que a condução da política econômica possa ser feita em sólida trilha consensual, compartilhada pelos dois principais partidos do País, ainda que divididos entre governo e oposição.

Essa conclusão equivocada prende-se a percepção pouco clara do grau de divergência sobre aspectos básicos da política econômica que ainda persiste dentro de cada um dos dois partidos. Dessa perspectiva, faria mais sentido falar, não só em mais de um PT,

como em mais de um PSDB. Por esquemático que possa ser, já seria grande avanço analisar a questão do apoio à condução da política econômica tendo em mente que há pelo menos dois PTs e dois PSDBs. Quanto aos dois PTs, não parece ser necessária muita elaboração. É mais do que sabido que o partido abriga vigorosa ala de opositores incansáveis da política conduzida pelo doutor Palocci. Mas não se pode esquecer que, também no PSDB, muitos figurões do partido atravessaram todo o segundo mandato de FHC em oposição cerrada à essência da política econômica que, em boa parte, foi herdada pelo governo Lula. Não é de se espantar que as críticas não tenham arrefecido com a mudança de governo. Muito pelo contrário.

É bem provável, portanto, que a condução da política econômica na segunda metade do atual mandato presidencial vá ter de ser feita entre pelo menos três fogos. De um lado, apoiada por parte substancial da coalizão governista, estaria a resistência a Palocci dentro do próprio PT, fortalecida, quem sabe, pela amargura de uma derrota em São Paulo. De outro, estaria a ala “desenvolvimentista” do PSDB, agora revigorada pelas urnas. E de um terceiro lado, numa oposição mais convencional e menos radical, em colaboração com o PFL, estaria o resto do PSDB que, com as eleições de 2006 já tão próximas, não parece mais disposto a dar refresco ao governo Lula em nome da governabilidade. Enquanto a política econômica puder manter a couraça de sucesso que há alguns meses vem exibindo, poderá sobreviver sem maiores dificuldades a esse bombardeio. Mas a sobrevivência já não será tão simples se os resultados da política econômica se tornarem menos irretorquíveis, na esteira um cenário de rápida deterioração do quadro externo, por exemplo.

Mesmo em cenário mais favorável, é bem provável que o governo tenha de enfrentar sérias dificuldades para aprovar projetos de mais fôlego no Congresso, especialmente no Senado. Tudo indica que a escalada de hostilidades entre o PSDB e o PT deverá ganhar força inusitada no segundo turno das eleições, especialmente em São Paulo, onde os atritos estão fadados a envolver entrechoque direto das cúpulas dos dois partidos. Abertas as feridas, é difícil que o governo possa contar com demonstrações de boa vontade dos tucanos e seus aliados no Congresso. Por outro lado, mesmo dentro da coalizão governista, o quadro também pode ficar mais adverso. Não faltam queixas dos demais partidos sobre a forma como foram tratados pelos aliados petistas nas eleições. Dos 90 parlamentares que disputaram as eleições municipais, 60 voltam derrotados ao Congresso. Entre eles, vasta bancada de ressentidos aliados do governo.

Tudo isso aponta para um quadro menos róseo para a condução da política econômica do que o que vem sendo apressadamente vislumbrado em algumas análises.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.